

Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro

Temática Especial - Dia do Trabalhador, v.2, nº 2,
2 maio 2022



OBSERVATÓRIO
DO TRABALHO DE MINAS GERAIS

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Evolução dos rendimentos do trabalho em Minas Gerais

O Boletim que ora se apresenta foi elaborado no âmbito do Observatório do Trabalho de Minas Gerais e conta com a participação dos técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) de Minas Gerais. Foi realizado em comemoração ao Dia do Trabalhador e visa apresentar a evolução recente dos rendimentos do trabalho em Minas Gerais e o contexto do mercado de trabalho em termos de ocupação e desemprego no qual ele evoluiu.

Síntese dos resultados

- Houve recuperação praticamente total do mercado de trabalho mineiro, na comparação com os níveis registrados pré-pandemia;
- Recuperação caracterizada pelo aumento da informalidade do trabalho, que é marcada pela instabilidade e vulnerabilidade;
- Os setores da *Agricultura, Indústria de Transformação e Construção* conseguiram se recompor em 2021, ao passo que os setores de *Serviços de Alojamento e alimentação, Comércio, Serviços domésticos e Outros* não retornaram aos níveis de ocupação registrados antes da pandemia;
- Queda real de 3,0% do rendimento habitual dos trabalhadores mineiros em dois anos (comparação entre os últimos trimestres de 2021 e 2019);
- No quarto trimestre de 2021 foi registrado o menor nível do rendimento habitualmente auferido pelos trabalhadores do estado desde o início da série histórica.

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro e mineiro, em particular, antecede a crise sanitária iniciada em 2020

A pandemia de Covid-19 aprofundou e ampliou os problemas econômicos e sociais do país, mas o grave quadro de crises econômicas sucessivas, recessão, elevado desemprego e mudanças na regulação do trabalho já estava posto desde meados da década de 2010. O ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) depois de 2016 foi brando, assim como da população ocupada. Embora a economia brasileira tenha crescido 1,1% em 2019, o PIB mineiro retraiu -0,3%, na comparação com o ano anterior, em decorrência da interrupção do curso normal da produção de minério de ferro e da sazonalidade da produção de café¹.

A crise sanitária iniciada em 2020 impactou fortemente o mundo do trabalho, em consequência do fechamento de empresas, enxugamento da quantidade de trabalhadores, redução da quantidade de horas trabalhadas, diminuição da massa de rendimentos, retração do trabalho doméstico remunerado e ampliação do tempo das

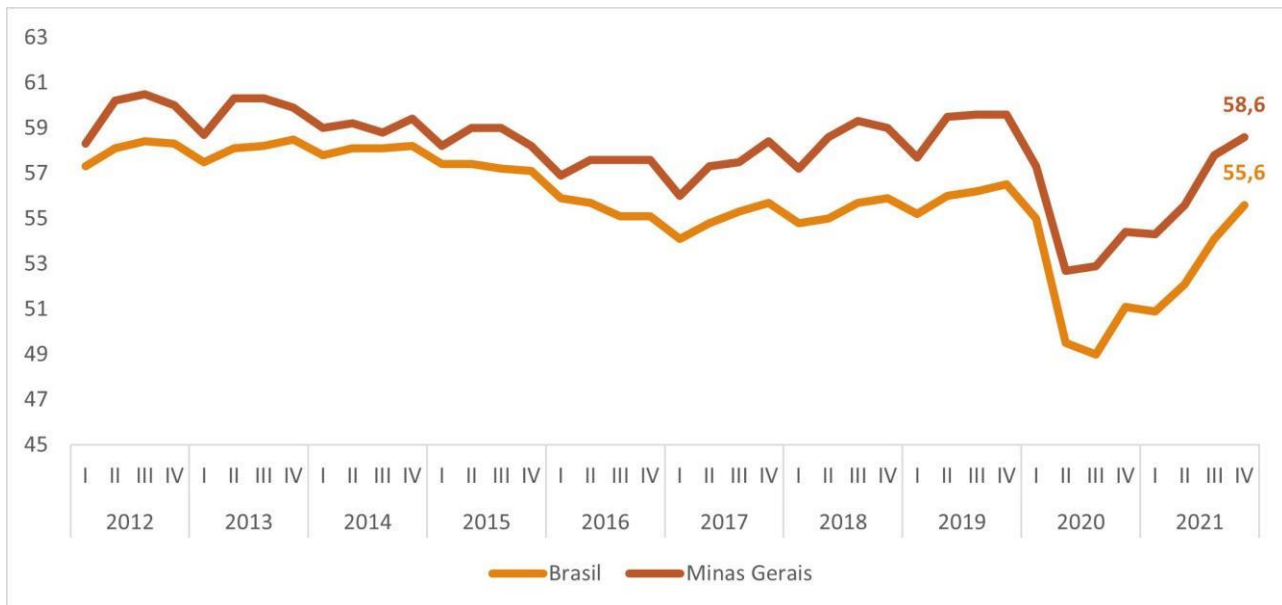
¹ Para mais informações acesse os Informativos do Produto Interno Bruto da Fundação João Pinheiro disponíveis em: <http://fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>

famílias, especialmente das mulheres, dedicado ao trabalho doméstico não remunerado, dentre outros. Mas, em 2021, com o aumento da cobertura vacinal e o relaxamento de algumas medidas que restringiam a movimentação das pessoas e o funcionamento de algumas empresas, o mercado de trabalho exibiu vários sinais de recuperação tanto no Brasil quanto em Minas Gerais. No último trimestre de 2021, o nível de desemprego já era praticamente o mesmo do período pré-pandemia (4º trimestre 2019), assim como o nível da ocupação.

No **País**, o nível da ocupação equivalia a uma média 58% entre 2012 e 2014, quando, no ano seguinte, iniciou-se trajetória descendente até 2017, alcançando seu menor patamar até antes da pandemia (54,9%). Parte dos postos de trabalho foram recuperados até 2019, quando o nível da ocupação atingiu 56,5% no último trimestre, o que equivale a uma população ocupada de 95.515 pessoas. Em 2020, o nível de ocupação alcançou o menor patamar da série, 51,1% (8.290 postos de trabalho a menos do que em 2019). Em 2021, foram criados 8.522 postos de trabalho, recuperando os eliminados no ano anterior, o que impactou na elevação do nível da ocupação para 55,6% no último trimestre, ou seja, 0,9 pontos percentuais (p.p.) abaixo do encontrado no mesmo período do ano pré-pandemia (Gráfico 1).

Entre 2012 e 2014, o nível da ocupação, em **Minas Gerais**, era aproximadamente 60%, e apresentou declínio de 2,4 p.p. em 2016. Nos anos seguintes, a ocupação voltou a apresentar trajetória ascendente, atingindo 59,6% da população em idade ativa no 4º trimestre de 2019. Em 2020, a proporção de ocupados em relação à população em idade ativa alcançou o menor patamar da série da PNAD Contínua (54,4%) e a recuperação no ano seguinte foi apenas 1 p.p. abaixo da verificada no 4º trimestre de 2019. Em termos absolutos, a população ocupada totalizou 10.104 pessoas no último trimestre de 2021, o que representou, em relação ao mesmo período de 2019 e de 2020, variação de, respectivamente, -0,9% e 8,8% (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do nível da ocupação – Brasil e Minas Gerais – 4º trim. 2012 a 4º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

A qualidade dos empregos gerados e o nível de renda média do trabalho indicam uma deterioração de suas condições

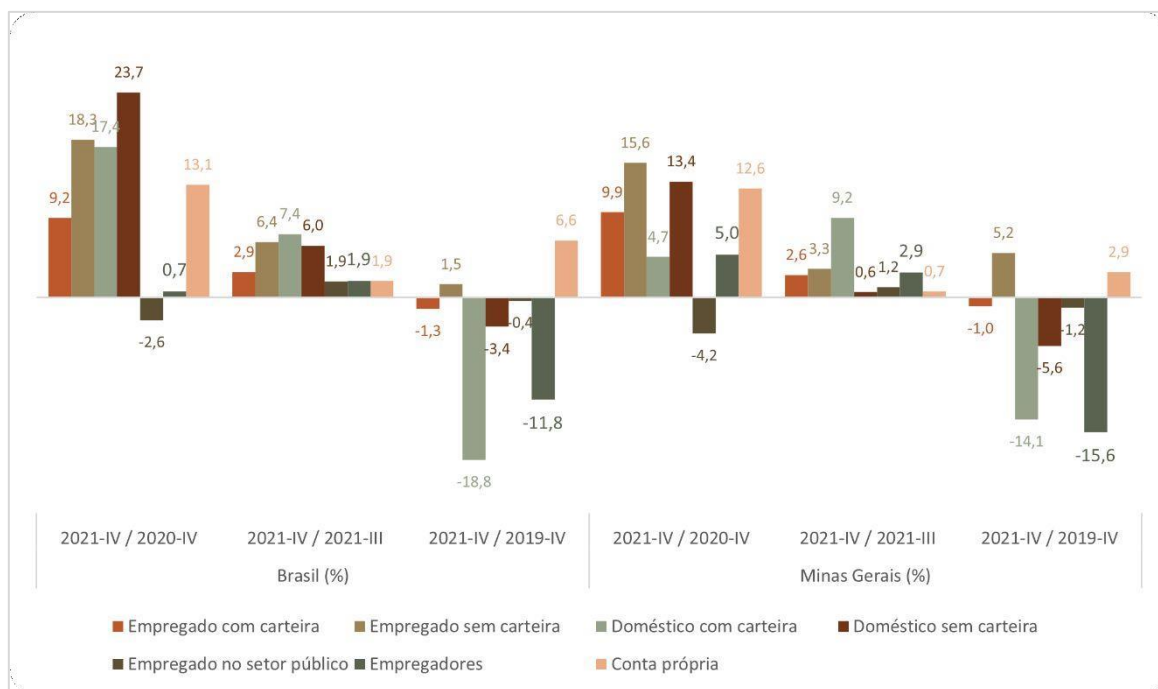
No que tange a geração de oportunidades ocupacionais, é necessário analisar a natureza das ocupações criadas e extintas a fim de avaliar as dificuldades da retomada da atividade econômica em 2021. Grosso modo, constata-se que apesar dos sinais de melhora do mercado laboral, a qualidade dos empregos gerados e o nível de renda média do trabalho indicam uma **deterioração de suas condições**. Comparando os últimos trimestres de 2021 e 2019, verifica-se que os postos de trabalho criados foram basicamente nas categorias mais instáveis e vulneráveis do mercado de trabalho, como assalariados sem carteira assinada e trabalhadores/as por conta própria. Na média do País, a única categoria mais estável em que houve aumento do contingente de ocupados no Estad ocorreu no grupo dos militares e funcionários públicos estatutários e no grupo dos assalariados do setor público com carteira de trabalho assinada.

Assim, **em relação ao período pré-pandemia**, o contingente de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada reduziu 1,3% no País e 1,0% no Estado; ao passo que os trabalhadores por conta própria aumentaram 6,6% e 2,9%, e os assalariados do setor privado sem carteira assinada 1,5% e 5,2%, respectivamente.

O fechamento de determinadas atividades, principalmente em 2020, desestabilizou algumas empresas, o que resultou na redução de empregadores tanto em Minas Gerais (-11,8%) quanto na média do Brasil (-15,6%) (Gráfico 2).

O trabalho doméstico remunerado, majoritariamente realizado por mulheres, foi fortemente impactado pelas medidas de restrição de trânsito de pessoas nas cidades, assim como da redução da renda das famílias. Mesmo após aumento expressivo do contingente de empregadas domésticas em 2021, ainda não houve recomposição do volume encontrado em 2020. No quarto trimestre de 2021, havia 7,7% menos empregadas domésticas do que no mesmo trimestre de 2019, no Brasil. Em Minas Gerais, a redução foi de 8,1% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Variação relativa dos ocupados, segundo posição na ocupação – Brasil e Minas Gerais – 4º trim. 2019, 4º trim. 2020, 3º trim. 2021 e 4º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Houve também uma recomposição setorial do emprego, na comparação dos quartos trimestres de 2021 e 2019. O setor que mais se expandiu em Minas Gerais foi a *Agricultura*, com variação de 14,7%, seguida da *Indústria de transformação* (7,4%) e da *Construção* (5,1%). Os setores que mais encolheram no estado foram os *Serviços de Alojamento e alimentação* (-15,0%) e os *Outros serviços* (-14,4%) e os *Serviços Domésticos* (-8,0%).

O resultado para o País foi semelhante, com expansão da *Agricultura* (6,7%), *Indústria de transformação* (1,2%), *Construção* (6,6%) e *Serviços de Informação, comunicação e atividades financeiras* (6,4%) e retração dos serviços de *Transporte e armazenagem* (-2,7%), *Alojamento e alimentação* (-10,3%), *Outros serviços* (-6,4%) e *Serviços domésticos* (-7,3%).

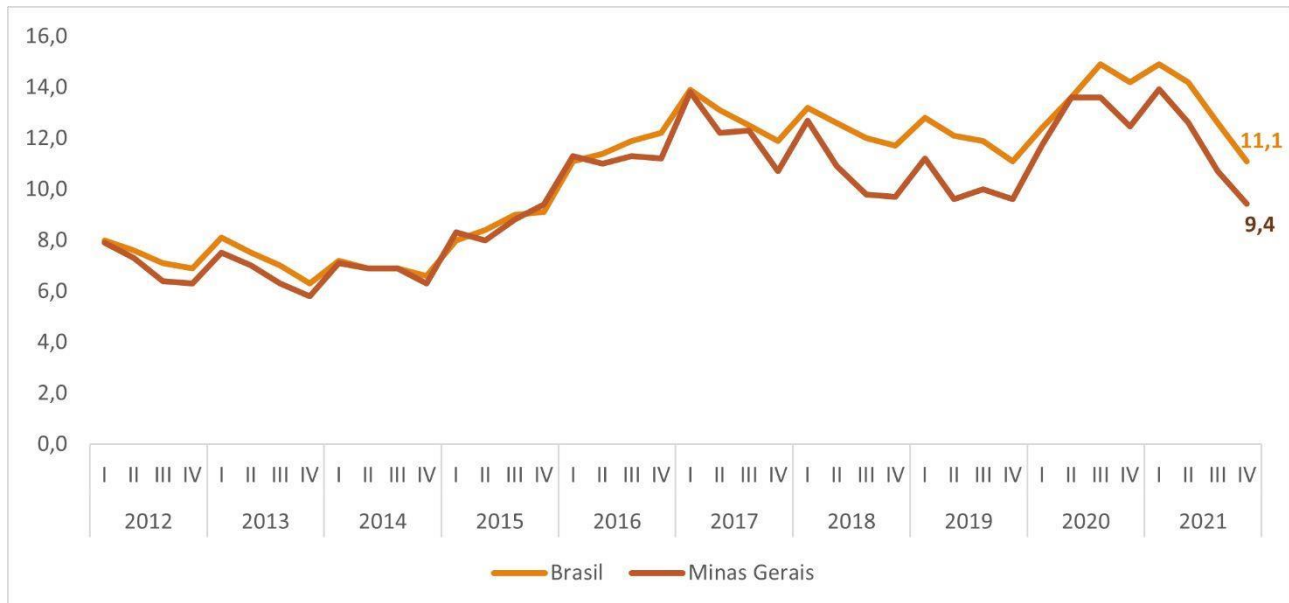
Tabela 1: Variação relativa dos ocupados, segundo setores de atividade econômica – Brasil e Minas Gerais – 4º trim. 2019, 4º trim. 2020 e 4º trim. 2021 – (%)

	Brasil		Minas Gerais	
	2021-IV / 2020-IV	2021-IV / 2019-IV	2021-IV / 2020-IV	2021-IV / 2019-IV
Total	9,8%	0,2%	8,8%	-0,9%
Agricultura	4,5%	6,7%	5,1%	14,7%
Indústria de transformação	9,1%	1,2%	18,7%	7,4%
Construção	17,4%	6,6%	16,4%	5,1%
Comércio	11,6%	0,1%	17,9%	-1,9%
Transporte, armazenagem e correio	10,0%	-2,7%	0,4%	-8,9%
Alojamento e alimentação	23,9%	-10,3%	26,7%	-15,0%
Informação, comunicação	7,2%	6,4%	5,2%	-0,8%
Administração pública	1,3%	0,5%	-2,9%	0,5%
Outro serviço	14,7%	-6,4%	-3,3%	-14,4%
Serviço doméstico	21,7%	-7,3%	10,8%	-8,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Como reflexo dessa movimentação do mercado de trabalho, a recomposição do volume de postos de trabalho perdidos em 2020 superior ao aumento da força de trabalho, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, a taxa de desocupação **praticamente retornou para o nível de 2019**, alcançando 11,1% da força de trabalho brasileira e 9,4% da força de trabalho mineira, no quarto trimestre de 2021. Em 2020, mesmo com intensa saída de pessoas do mercado laboral, as taxas de desocupação corresponderam a 14,2% e 12,5%, nessa ordem, no Estado e no País. Vale notar, contudo, que é a partir de 2016 que os dados de desemprego se ampliam para dois dígitos no Brasil e em menor magnitude, em Minas Gerais, indicando o contexto de deterioração do mercado de trabalho antes da pandemia de Covid-19.

Gráfico 3: Taxa de desocupação – Brasil e Minas Gerais – 1º trim. 2012 a 4º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O declínio da renda evidencia que as pessoas que continuaram ocupadas também foram impactadas pela grave crise econômica iniciada em 2014 e agudizada pela crise sanitária da Covid-19 a partir de 2020

No que diz respeito aos reajustes salariais, entre 2018 e 2021, houve um aumento expressivo de acordos referendados **com perdas salariais para os trabalhadores**. No ano de 2018, apenas 9,3% dos acordos foram celebrados com reajustes abaixo do INPC- IBGE, já em 2021, o percentual de acordos celebrados abaixo do mencionado índice foi de 47,7%, o que mostra uma **piora na capacidade de barganha dos trabalhadores** diante da crise pandêmica e econômica, e também da desregulamentação das leis trabalhistas recentemente aprovadas².

A queda dos rendimentos atingiu os menores valores em toda a série histórica no segundo trimestre de 2020 (rendimento médio efetivo) e no quarto trimestre de 2021 (rendimento médio habitual), evidenciando o quão importante foi a pandemia como marco temporal para o mercado de trabalho mineiro.

No período agudo da crise sanitária, as principais perdas ocorreram entre os trabalhadores por conta própria, informais e entre aqueles ligados aos serviços domésticos, de alimentação, atividades imobiliárias, transporte público e construção civil - ocupações mais mal remuneradas - impactando na elevação da renda habitual média.

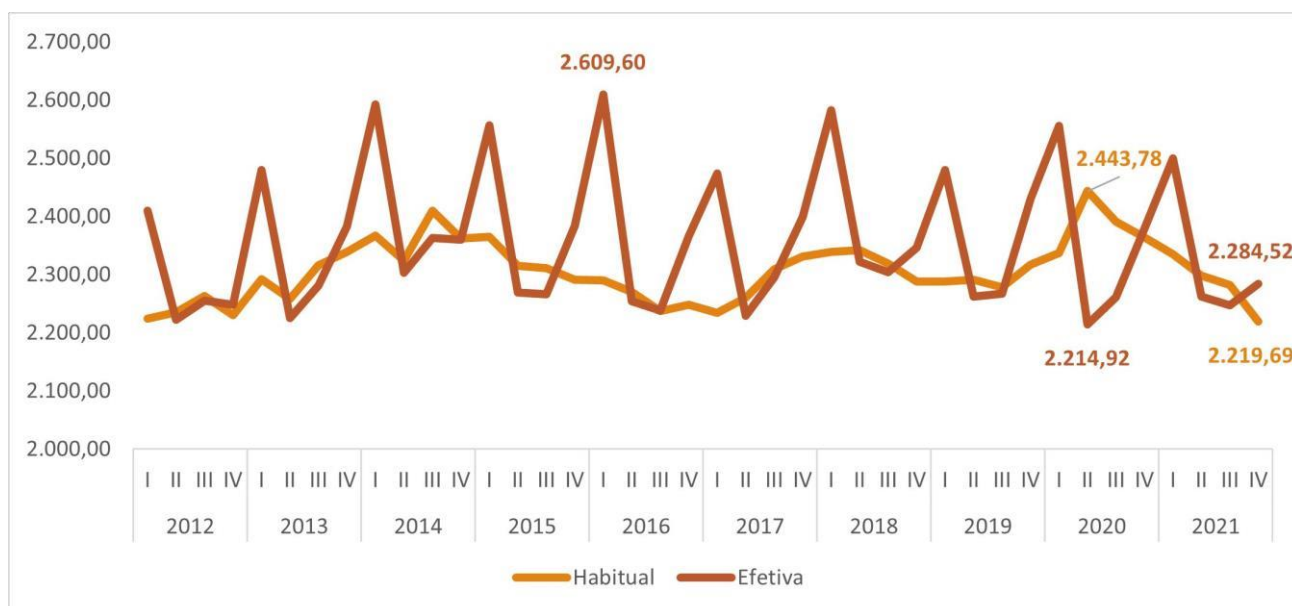
² Para mais informações sobre as negociações coletivas no Brasil, vide Boletim do Dieese, nº dia 16. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2022/boletimnegociacao16.html>

À medida que esses trabalhadores retornaram às suas atividades, o rendimento médio habitual começou a diminuir, passando de R\$2.443,78 no segundo trimestre de 2020 para R\$2.219,69 no quarto trimestre de 2021 (Gráfico 4).

A título de ilustração, no segundo trimestre de 2020, os trabalhadores por conta própria com e sem CNPJ receberam efetivamente apenas 72% e 75%, nessa ordem, do que habitualmente recebiam. Seus rendimentos médios efetivos alcançaram, respectivamente, R\$2.857,49 e R\$1.558,12. Os empregadores com CNPJ e os trabalhadores domésticos sem carteira assinada também foram atingidos pela crise, tendo recebido em média 82% do habitual neste mesmo período. Os trabalhadores menos atingidos foram os empregados do setor público com carteira de trabalho assinada e os militares e estatutários, cujas rendas efetivas alcançaram 106% e 104% do habitualmente recebido.

Em relação à renda efetiva, observa-se sucessivas quedas desde o segundo trimestre de 2020, quando alcançou seu ponto mínimo em toda a série, e leve recuperação no segundo trimestre de 2021 que não se sustentou nos trimestres seguintes. Na comparação com 2019, verifica-se queda de 6% entre os quartos trimestres, indicando quão negativo foi o impacto da pandemia de Covid-19 na renda efetiva de todos os trabalho em Minas Gerais.

Gráfico 4: Evolução do rendimento habitual e efetivo de todos os trabalhos – Minas Gerais – 1º trim. 2012 a 4º trim. 2021 – (R\$)

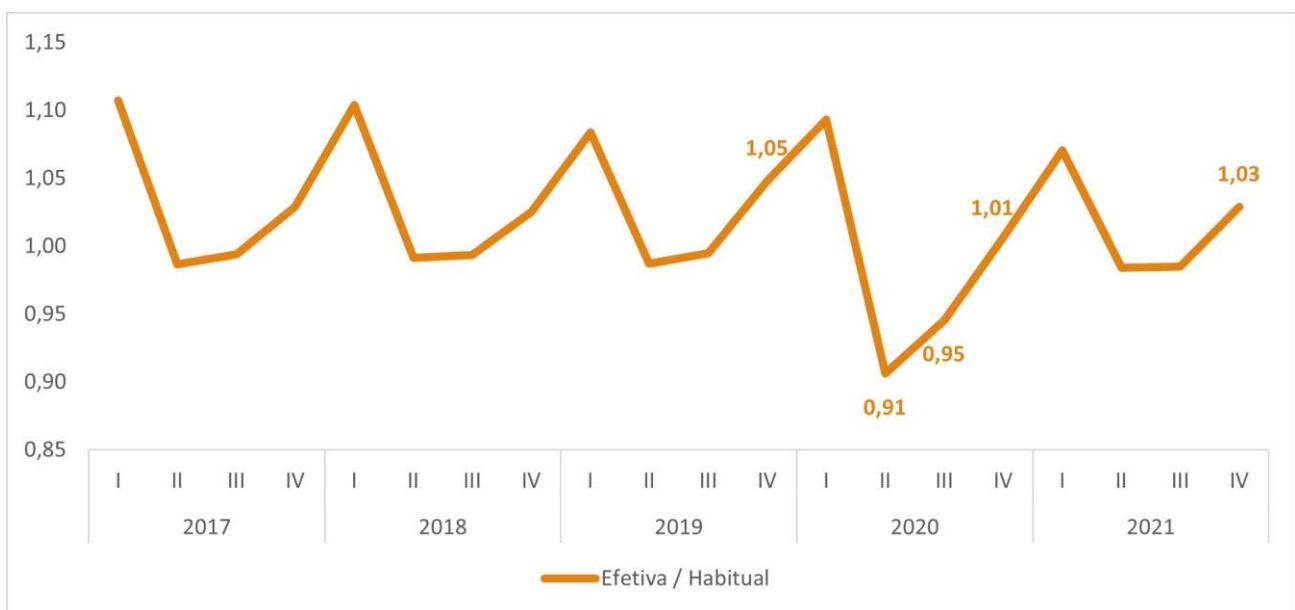


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O Gráfico 5 mostra a razão entre os rendimentos efetivos e habituais de todos os trabalhos e indica a proximidade entre eles, com exceção dos primeiros e quartos trimestres, quando a renda efetiva é superior à habitual em virtude de recebimentos extras, como o décimo terceiro salário e férias.

Com a pandemia, observa-se mudança no padrão da curva no segundo trimestre de 2020, quando a renda efetiva representou 91% da habitual. A partir deste ponto, o gap entre os rendimentos diminuiu, indicando recuperação do mercado de trabalho mineiro, mas aquém do registrado no período pré-pandêmico.

Gráfico 5: Razão entre os rendimentos médios efetivos e habituais de todos os trabalhos – Minas Gerais – 1º trim. 2017 a 4º trim. 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O aumento da ocupação e a queda da desocupação não foram acompanhados por melhoria salarial, pelo contrário, observa-se queda real de 3,0% do rendimento habitual em dois anos (comparação entre os últimos trimestres de 2021 e 2019) e o menor nível da série histórica. Já a massa salarial habitual passou de R\$23,4 bilhões no quarto trimestre de 2019, para R\$22,2 bilhões no quarto trimestre de 2021 - decréscimo de 4,7%.

Essa queda no rendimento habitual foi sentida em todas as posições da ocupação, com exceção dos trabalhadores assalariados com carteira que auferiram um ganho de 2,0% no quarto trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2019. Os empregadores foram a categoria com maior retração no rendimento médio habitualmente auferido, seguidos pelos trabalhadores domésticos (Tabela 2).

Tabela 2: Rendimento habitual do trabalho principal, segundo posição na ocupação – Minas Gerais – 4º trim. 2012 a 2021 – (R\$)

Período	Assalariados com carteira	Assalariados sem carteira	Assalariados públicos	Domésticos	Empregador	Conta própria
2012-IV	2.059	1.244	3.117	850	5.498	1.941
2013-IV	2.149	1.356	3.245	894	5.818	2.053
2014-IV	2.121	1.302	3.385	965	5.985	2.094
2015-IV	2.079	1.336	3.395	946	5.075	1.971
2016-IV	2.097	1.261	3.318	957	5.111	1.812
2017-IV	2.137	1.316	3.612	989	5.284	1.824
2018-IV	2.107	1.354	3.510	976	5.212	1.806
2019-IV	2.088	1.430	3.359	963	5.571	1.862
2020-IV	2.158	1.559	3.572	938	5.204	1.931
2021-IV	2.130	1.426	3.340	900	4.574	1.862

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Diferentemente da recomposição setorial do emprego, os dados de rendimento indicam retração de 5,5% na *Agricultura* e leve incremento na *Indústria de transformação* (0,4%) e na *Construção* (0,2%), na comparação entre os quartos trimestres de 2019 e 2021. Já os setores de *Serviços domésticos*, *Outros serviços* e *Alojamento e alimentação*, líderes em retração no quantitativo de postos de trabalho, também registraram as maiores quedas na renda habitualmente recebida, no mesmo período de comparação.

Destaca-se que o *Comércio e Alimentação e alojamento*, setores mais impactados na pandemia, já haviam registrado contração no rendimento médio entre 2019 e 2020, e que a crise sanitária apenas aprofundou essa queda. Chama atenção a expansão do emprego no *Comércio* entre 2020 e 2021, conforme demonstrado anteriormente, e a contração dos rendimentos habituais neste mesmo período, corroborando os dados do Novo Caged que, a despeito de se restringirem ao mercado formal, apontam redução dos salários de admissão neste setor. Transporte, armazenamento e correio e Informação e comunicação foram os setores com maior crescimento do rendimento: 6,4% e 3,0% entre 2019 e 2021 (Tabela 3).

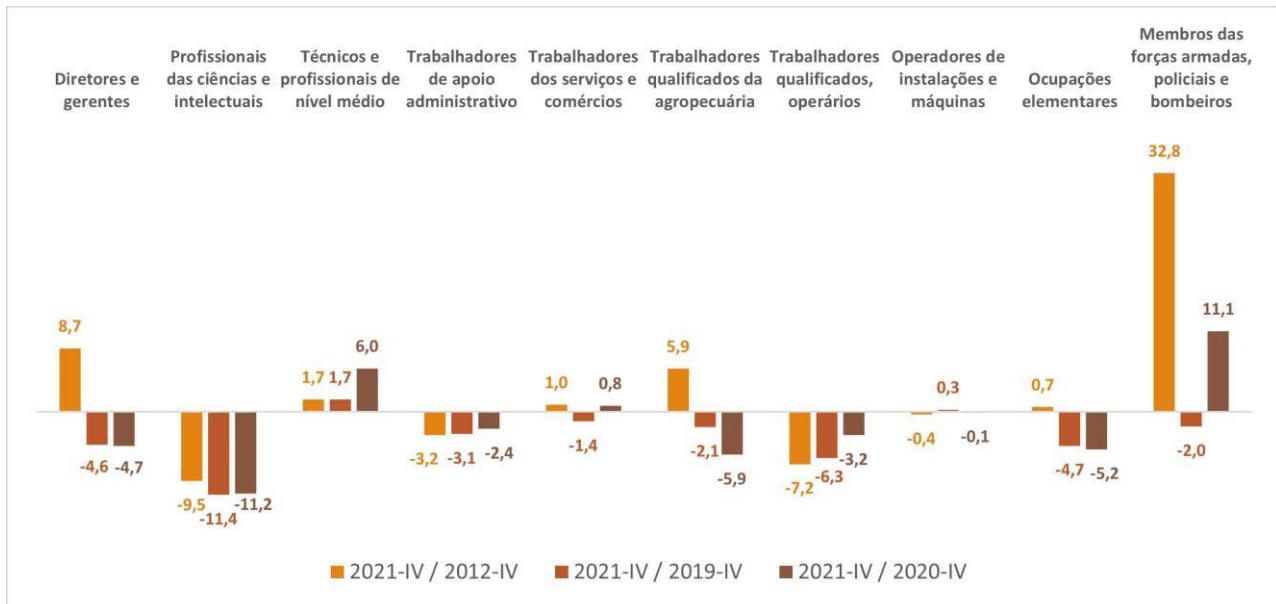
Tabela 3: Rendimento habitual do trabalho principal, segundo setor de atividade econômica – Minas Gerais – 4º trim. 2012, 4º trim. 2019, 4º trim. 2020, 4º trim. 2021 – (%)

Setor de atividades	2021-IV / 2012-IV	2021-IV / 2019-IV	2021-IV / 2020-IV
Agricultura	13,2	-5,5	-4,8
Indústria geral	-3,7	0,1	-1,3
Indústria de transformação	-1,7	0,4	-1,6
Construção	-4,0	0,2	-3,1
Comércio	-11,2	-9,2	-5,2
Transporte, armazenagem e correio	-2,5	6,4	11,3
Alojamento e alimentação	-5,0	-2,4	-7,4
Informação, comunicação	3,7	3,1	4,0
Administração pública	3,4	-6,5	-13,0
Outro serviço	-2,3	-8,7	-10,2
Serviço doméstico	5,9	-6,5	-4,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Entre 2012 e 2021, há um declínio dos rendimentos habituais reais médios do trabalho em praticamente todos os grupos ocupacionais (Gráfico 6). No grupo de Diretores e gerentes a renda média habitual de R\$ 5.435 no quarto trimestre de 2021 foi 8,7% superior à do mesmo período de 2012, mas inferior à de 2019 (-4,6%) e 2020 (-4,7%). Os outros grupos com aumento da renda habitual, na comparação dos últimos trimestres de 2012 e 2021 são *Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares* (32,8%), *Trabalhadores qualificados da agropecuária, da caça e da pesca* (5,9%), *Técnicos e profissionais de nível médio* (1,7%) e *Trabalhadores dos serviços, comércio e mercados* (1%). As maiores retrações ocorreram para os *Profissionais das ciências e intelectuais* (-9,5%) e para os *Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção* (-7,2%). Já na comparação com o período pré pandemia, apenas os *Técnicos e profissionais de nível médio* (1,7%) e os *Operadores de instalações e máquinas* (0,3%) apresentaram variação positiva do rendimento médio habitual.

Gráfico 6: Rendimento habitual do trabalho principal, segundo grupos ocupacionais – Minas Gerais – 4º trim. 2012, 4º trim. de 2019, 4º trim. de 2020 e 4º trim. de 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretária de Desenvolvimento Social
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

**SUBSECRETARIA DE TRABALHO
E EMPREGO**

Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO
TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Marcel Cardoso Ferreira de Souza

**DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE
OPORTUNIDADE DE TRABALHO**

Amanda Siqueira Carvalho

EQUIPE TÉCNICA

Iolanda Benfica Blaso de Souza

Thiago Morais Moreira

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidência

Helger Marra Lopes

Vice-presidência

Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Eleonora Cruz Santos

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS

Denise Helena França Marques Maia

EQUIPE TÉCNICA

Denise Helena França Marques Maia

Glauber Flaviano Silveira

Nícia Raies Moreira de Souza

Plínio Campos de Souza